

CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



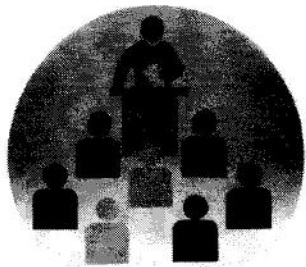
ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA LEGISLATURA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, em sua sede à Rua Joaquim Rodrigues Barbosa nº 10, reuniu-se a Câmara Municipal de Vereadores de Sentinela do Sul/RS para uma sessão ordinária. Estavam presentes os Vereadores Bruno Vicereki Trescastro, Dilvane Correa de Lima, Gerson Luiz de Oliveira Dias, Jacir Raphaelli Bernar, Jorge Vitor Almeida Ferreira, Marcia Seixas, Marcio Silva, Rejane Silveira Rodel e Rogles Costa Carvalho. Havendo o número legal de vereadores presentes o Presidente declarou abertos os trabalhos.

EXPEDIENTE: Foi aprovada a Ata da Segunda Sessão Extraordinária do dia 10 de fevereiro de 2026. Foram recebidos os Pedidos de Providências nº 001/2026, nº 002/2026, nº 003/2026, nº 010/2026, nº 011/2026 e nº 012/2026 de autoria do Vereador Bruno Vicereki Trescastro; Foram recebidos os Pedidos de Providências nº 004/2026 e nº 016/2026 de autoria do Vereador Dilvane Correa de Lima; Foram recebidos os Pedidos de Providências nº 006/2026 e nº 007/2026 de autoria da Vereadora Marcia Seixas; Foi recebido o Pedido de Providências nº 008/2026 de autoria do Vereador Rogles Costa Carvalho; Foram recebidos os Pedidos de Providências nº 013/2026 e nº 014/2026 de autoria do Vereador Marcio Silva; Foi recebido o Pedido de Providências nº 015/2026 de autoria da Vereadora Rejane Silveira Rodel; Foram recebidas as Indicações nº 001/2026 e nº 003/2026 de autoria do Vereador Bruno Vicereki Trescastro; Foi recebido o Pedido de Informação nº 001/2026 de autoria do Vereador Rogles Costa Carvalho; Foi recebido o Pedido de Informação nº 002/2026 de autoria da Vereadora Rejane Silveira Rodel; Foi recebido o Pedido de Informação nº 003/2026 de autoria da Vereadora Marcia Seixas; Foi recebido o Pedido de Informação nº 004/2026 de autoria da Vereadora Marcia Seixas; Foi recebido o Pedido de Informação nº 005/2026 de autoria do Vereador Rogles Costa Carvalho; Foi recebido o Pedido de Informação nº 006/2026 de autoria conjunta da bancada MDB e PSDB. Foi recebido o ofício 006/2026 para ser encaminhado a CEEE Equatorial de autoria do Vereador Bruno Vicereki Trescastro. Foi recebido o ofício 007/2026 para ser encaminhado a CEEE Equatorial de autoria do Vereador Rogles Costa Carvalho. Foi recebido o ofício 008/2026 para ser encaminhado a AEGEA - Corsan de autoria do Vereador Rogles Costa Carvalho em conjunto com os demais vereadores. Foi recebido o ofício 006/2026/GAB em resposta ao Pedido de Informação nº 111/2025. Foi recebido o ofício 007/2026/GAB em resposta ao Pedido de Informação nº 112/2025. Foi recebido o ofício sobre a Notificação de Convênio – FPE nº 681/2025 do Executivo Municipal. Foi recebido o ofício nº 016/2026/GAB – Termo de Convênio – FPE nº 3981/2025. Foi recebido o Projeto de Lei nº 005/2026 que “Autoriza o Município a vender lote do Distrito Industrial a empresa FOGOSUL Lenhas ecológicas Eirelli”. Foi recebido o Projeto de Lei nº 011/2026 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 05 (cinco) Agentes Comunitários de Saúde e 01 (um) Técnico em Saúde Bucal”. Foi recebido o Projeto de Lei nº 012/2026 que “Institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município de Sentinela do Sul, dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, cria e disciplina o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, cria e disciplina o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, revoga legislações anteriores e dá outras providências”. Foi recebido o Projeto de Lei nº 013/2026 que “Cria Gratificação de Função para o cargo de Supervisor do PIM do Município de Sentinela do Sul”. Foi recebido o Projeto de Lei nº 014/2026 que “Dispõe

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



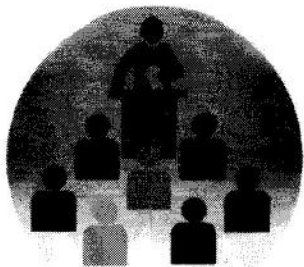
sobre a Política Municipal da Pessoa Idosa no Município de Sentinela do Sul, cria o Conselho Municipal da Pessoa Idosa - CMPI, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FUMPI, e revoga disposições anteriores". Foi recebido o Projeto de Lei nº 015/2026 que "Abre Crédito Especial no Valor de R\$ 1.200.000,00". Foi recebido o Projeto de Lei nº 016/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 01 (um) Operador de Máquinas e 01 (um) Motorista. Foi recebido o Projeto de Lei nº 017/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 07 (sete) Monitor de Sala de Aula". Foi recebido o Projeto de Lei nº 018/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 01 (um) Professor de Atendimento Educacional Especializado e 01 (um) Professor de Anos Iniciais". Foi recebido o Projeto de Lei nº 019/2026 que "Altera redação da Lei nº 1720/2026 que autoriza o Município a permissionar bem público". Foi recebido o Projeto de Lei Legislativo nº 022/2025 que "Dispõe sobre a denominação de via pública no Município de Sentinela do Sul e dá outras providências". Foi recebido o Projeto de Lei Legislativo nº 002/2026 que "Dispõe sobre a concessão de Vale-Alimentação de natureza indenizatória aos servidores contratados do Poder Legislativo do Município de Sentinela do Sul e dá outras providências." Foi recebido o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2026 que "Cria o Cargo Comissionado de Assessor(a) Legislativo, fixa carga horária, atribuições e vencimentos para o Poder Legislativo de Sentinela do Sul e dá outras providências".

ORDEM DO DIA:

Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei Legislativo nº 022/2025 que "Dispõe sobre a denominação de via pública no Município de Sentinela do Sul e dá outras providências". Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei Legislativo nº 002/2026 que "Dispõe sobre a concessão de Vale-Alimentação de natureza indenizatória aos servidores contratados do Poder Legislativo do Município de Sentinela do Sul e dá outras providências." Foi colocado em discussão e, na sequência, aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2026, que "Cria o Cargo Comissionado de Assessor(a) Legislativo, fixa carga horária, atribuições e vencimentos no âmbito do Poder Legislativo de Sentinela do Sul, e dá outras providências". Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei nº 011/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 05 (cinco) Agentes Comunitários de Saúde e 01 (um) Técnico em Saúde Bucal". Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei nº 015/2026 que "Abre Crédito Especial no Valor de R\$ 1.200.000,00". Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei nº 016/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 01 (um) Operador de Máquinas e 01 (um) Motorista. Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei nº 017/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



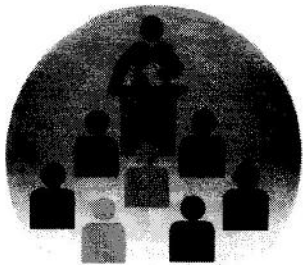
Constituição Federal de 1988, 07 (sete) Monitor de Sala de Aula". Foi colocado em discussão e logo após aprovado por unanimidade dos votos o Projeto de Lei nº 018/2026 que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do Art. 37, inc. IX, da Constituição Federal de 1988, 01 (um) Professor de Atendimento Educacional Especializado e 01 (um) Professor de Anos Iniciais". Foi colocado em discussão e, na sequência, aprovado por 7 (sete) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção o Projeto de Lei nº 019/2026, que "Altera a redação da Lei nº 1.720/2026, que autoriza o Município a permissionar bem público", com emenda modificativa ao art. 3º. Foi colocado em discussão e, na sequência, rejeitado por 5 (cinco) votos contrários e 4 (quatro) votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 080/2025, que "Altera a redação da Lei nº 1.621/2025".

GRANDE EXPEDIENTE:

Vereador Dilvane Correa de Lima: Boa noite à Mesa Diretora, aos colegas vereadores e ao público que nos assiste. Venho a esta tribuna para falar sobre um pedido que fiz referente aos exames, especialmente agora com a realização da festa campeira, bem como sobre outro pedido relacionado à parada de ônibus. Quero dizer que não gosto de fazer pedido de parada de ônibus, pois entendo que isso é obrigação do Executivo. Assim como a manutenção das lâmpadas e das próprias paradas, que muitas vezes estão caindo ou em situação precária. O Executivo precisa ter pessoas responsáveis para fiscalizar e resolver essas situações. Não estamos falando de algo grandioso. A parada do Potreiro Grande, por exemplo, está caída há cerca de três anos, desde a outra administração, e não foi arrumada. Já se passou um ano e dois meses da atual gestão, e até agora não vimos providências. Da mesma forma, o calçamento do Potreiro Grande é uma vergonha. É vergonhoso para as pessoas que pagaram e até hoje não têm o calçamento concluído. Também quero fazer um pedido ao vereador Márcio: que observe os pedidos de providências que está apresentando. Há poucos dias fiz um pedido e, com muito esforço, conseguimos trazer dois carros para o município. Depois, quando esses carros forem para o Potreiro Grande, não adianta colocar foto ao lado dizendo que é pedido seu. Precisamos cuidar isso. Eu não faço pedido passando por cima de ninguém aqui dentro, Márcio. Mas já é a segunda ou terceira vez que isso acontece comigo. Precisamos ter respeito dentro desta Casa. Cada um deve fazer seu pedido, mas antes verificar se algum colega já não apresentou a mesma solicitação. Sobre o pedido dos canos do Potreiro Grande, eu batalhei por isso, e depois foi feito o mesmo pedido novamente. Hoje conversei com o prefeito sobre a questão dos carros, e ele me disse que há veículos disponíveis, mas falta motorista, que ninguém quer ir para lá. Ora, quem é o gestor é o prefeito. Ele não tem apenas motoristas concursados, tem também contratados. Se alguém não quer ir, deve ser designado outro. Quem tem a caneta é o prefeito. Ele precisa ter autonomia para mandar e organizar o serviço, pois para isso foi eleito. Nós, vereadores, precisamos cuidar dos pedidos de informação e agir com responsabilidade, sem politicagem. Eu tenho pavor de politicagem e não gosto que montem em mim, porque eu não sou potro para ninguém andar a cavalo no meu pescoço. Se manifesta Vereador Jorge Vitor: Vereador Dilvane, eu concordo contigo. Mas esse pedido eu já fiz, e tu sabes disso. Aquela emenda de cem mil reais, ainda do governo passado, era para ter colocado esse carro lá à disposição da comunidade, e não foi colocado. Agora, eu também peço que o nosso prefeito coloque um carro naquela localidade para atender os munícipes. Hoje tem carro sobrando. Vamos contratar

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

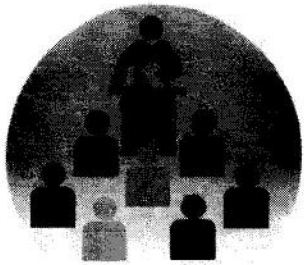


motoristas, e com certeza esse carro pode ir para lá. Continua Vereador Dilvane: Mas eu já falei aqui nesta Casa, há cerca de três meses, acho que foi em dezembro, sobre essa questão da politicagem. Depois que a gente assume um cargo no Executivo, tem que ser político, tem que ser gestor e tem que saber mandar. Prefeito está lá para administrar e dar direção. Se o servidor é motorista, ele tem que atender onde há necessidade. Se precisa ir para o Potreiro Grande, tem que ir. Hoje o que acontece? Levam o médico e o enfermeiro de manhã para o Potreiro Grande e retornam. Se surge a necessidade de buscar um paciente lá, o carro sai daqui, vai até lá, traz, depois retorna novamente. Olhem o custo que isso gera. Se o carro estivesse fixo na localidade, já poderia fazer as visitas domiciliares e atender a demanda com muito mais economia e eficiência. E carro tem. Só o meu deputado trouxe dois carros novos este ano. Eu consegui apresentar apenas um, porque o prefeito chamou para apresentar apenas um. Mas foram dois veículos conquistados. Precisamos organizar melhor essa distribuição. Perfeito, vereadora. O prefeito é o gestor e tem autoridade administrativa. Essa autoridade vale para contratados, concursados, cargos em comissão, qualquer servidor deve cumprir ordem direta do prefeito, desde que não seja ilegal. Caso contrário, cabe a abertura de processo administrativo para apurar eventual descumprimento. Portanto, se há carro disponível e motorista, e esse motorista não está querendo ir para lá, é preciso que se tomem as providências legais. Cabe ao Executivo determinar que o motorista cumpra sua função, e o servidor deve obedecer. Ponto. Eu até falei: para o interior é concedida gratificação. Já aprovamos diversas gratificações nesta Casa. Então, que se pegue um motorista e o coloque lá, concedendo uma gratificação, já que ele não irá receber diária. Porque é justamente por isso que muitos não querem ir: não há diária. Se o motorista for para lá, não vai receber diária, vai ter que almoçar lá e arcar com despesas. Então, que se conceda uma gratificação para que ele fique no Potreiro Grande e resolva-se a situação. Se manifesta Vereador Gerson Dias: Nesse ponto, porém, eu discordo do colega. O motorista, quando prestou concurso público, sabia o salário que receberia. Ele não entrou no serviço público para trabalhar por diária. Uma solução simples, como já conversamos, seria fazer um rodízio: um mês cada motorista no Potreiro Grande. Pronto, problema resolvido. Vamos deixar a critério do prefeito avaliar e nos dar essa solução para o Potreiro Grande. Continua Vereador Dilvane: Outra questão: há cerca de 15 dias, minha irmã teve um problema de saúde e está realizando exames para diagnóstico. Ela foi de ambulância até o nosso posto de saúde 24 horas. Mas não adianta ter a nomenclatura de "24 horas" se não há o básico para atender a população. Não havia sequer medicamento para vômito. Minha outra irmã precisou sair do posto e ir até a farmácia comprar o remédio. Como podemos dizer que temos um posto 24 horas se, às três horas da tarde, falta medicamento básico? Estão faltando diversos medicamentos. E aí se bate no peito dizendo que temos atendimento 24 horas. Mas que atendimento é esse? Estamos deixando a população à própria sorte. Isso é uma irresponsabilidade de quem está no comando. Precisamos olhar essa situação a fundo. Já solicitei informações sobre os medicamentos; recebi um calhamaço de documentos. Ainda não esqueci. Vou analisar esses papéis com atenção e trazer essa questão novamente. Peço desculpas por qualquer excesso nas palavras e desejo uma boa noite a todos.

Vereador Rogles Costa Carvalho:

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

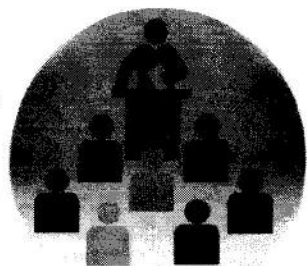
a casa do povo



Boa noite, senhores vereadores e a todos que nos assistem. Primeiramente, quero falar sobre o posto 24 horas. Se é 24 horas, tem que funcionar 24 horas. Não adianta a pessoa chegar às 17h e ouvir que só será atendida depois das 18h. Isso não existe. Isso é desrespeito com a população. Se é 24 horas, é para atender a qualquer momento, sem restrições de horário. O médico que está ali está sendo pago para isso, e o município está em dia com os pagamentos. Também quero falar sobre os pedidos que fiz. Estive, dias atrás, em uma reunião no Alto de Dores, onde foram feitas algumas solicitações. Hoje foi elaborado um ofício, pedi ao Roger que o redigisse, para que todos os vereadores possam assinar, pois assim o documento ganha mais força. O ofício é direcionado à EGE. Atualmente, não temos mais um local no município onde a população possa resolver questões relacionadas à conta de água. Hoje, as pessoas acabam vindo até a Câmara para tentar resolver, e sempre se dá um jeito de ajudar. Mas antes havia um ponto de atendimento aqui embaixo da caixa d'água, onde era possível retirar segunda via de conta, resolver problemas quando a fatura não chegava ou havia extravio. Hoje não temos mais esse serviço disponível. Essa situação está muito difícil. É uma briga para resolver qualquer coisa. Por isso, estamos solicitando que seja disponibilizado um local de atendimento no município, para que as pessoas possam retirar segunda via de conta, registrar reclamações, comunicar vazamentos na rua ou em frente às suas casas. Precisamos facilitar a vida da população, dar mais acesso e mais respeito ao nosso povo. Poucos dias atrás, o pessoal da prefeitura estava fazendo o calçamento lá na minha rua, acabaram cortando um cano de água. Levaram dois dias para arrumar. O pessoal ficou dois dias sem água por causa de um caninho. É complicado, né, vereador? Outro pedido meu é um Pedido de Informação. Sobre a manutenção da frota dos veículos da prefeitura: por que está sendo encaminhada apenas para um único local? Na administração passada, os serviços eram divididos. Aqui em Sentinela, por exemplo, tinha o Márcio, tinha o Rodrigo, e os serviços eram distribuídos entre eles. Por que agora está indo tudo para um só? Todos pagam impostos. Se é para fazer manutenção dos veículos da prefeitura, por que não dividir os serviços entre mais de um prestador? Eu acho que é uma questão de justiça. Outra questão são as receitas médicas. O pessoal reclama muito. Como eu sou taxista e estou sempre no ponto, as pessoas me procuram para reclamar e pedir ajuda. Se manifesta Vereadora Rejane: A situação é a seguinte: a pessoa precisa de uma receita e tem dia específico para isso, precisa tirar ficha só para pegar receita. Isso não tem cabimento. Se a pessoa trabalha o dia todo, como vai sair do serviço para ir lá pegar uma ficha e depois a receita? Que se organize um horário alternativo, talvez à noite, para facilitar a vida de quem trabalha. Só para esclarecer: eu concordo em relação ao horário das receitas, acho que pode e deve ser revisto. Mas quanto à exigência de consulta para emitir receita, isso acontece quando o medicamento não consta no prontuário do paciente. Se não está registrado, o médico não pode simplesmente fornecer a receita. É solicitado que o paciente passe por consulta para verificar se realmente há necessidade daquela medicação. Nenhum médico pode agir de forma irresponsável, apenas entregar uma receita porque alguém afirmou que toma determinado remédio. É preciso responsabilidade e avaliação adequada. É só isso que eu gostaria de colocar. Quanto às receitas, as pessoas deixam na quinta-feira e retiram na quinta seguinte. Então, também é preciso organização por parte da população. Se o meu medicamento está terminando, eu preciso me antecipar e levar a receita antes. Não posso deixar para o último dia e depois querer que o problema seja resolvido de imediato. Eu sei que há falhas, sei que existem coisas erradas e muitos pontos que precisam melhorar, e devem

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

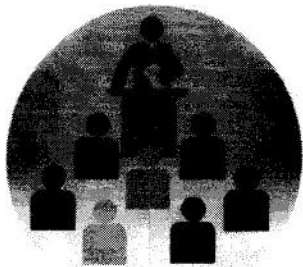


ser melhorados. Mas acredito que as pessoas também precisam usar o bom senso e se organizar. Hoje mesmo chegou uma pessoa até mim pedindo algo completamente fora do razoável. Eu disse: "Olha, tu precisa ir ao posto e consultar." Era só isso, vereador. Obrigada pela parte. Até certo ponto, concordo contigo, Rejane. Continua Vereador Rogles: Agora, sobre o pessoal que trabalha: por que não pode haver a possibilidade de retirada da receita à noite? E teve o caso de um morador do Potreiro Grande, na semana passada. Ele deixou a receita, como foi dito, deixa em uma semana e pega na outra. Quando voltou para buscar o remédio, informaram que a receita já havia sido utilizada. Ai fica complicado. Se manifesta Vereadora Marcia: Permite uma parte, vereador? Sobre isso, estivemos lá pessoalmente, eu e o vereador Dilvane, fazendo uma averiguação. Foi comentado, não recorde se na presença da secretária, mas a farmacêutica estava, sobre a possibilidade de criar um recibo. Porque já ouvi várias reclamações de pessoas que dizem: "Deixei minha receita e depois não estava mais lá." Como saber quem tem razão? Com um recibo simples, um canhoto: fica uma parte com a farmácia e outra com o paciente. Algo fácil e barato de fazer, pode ser impresso ali mesmo. A pessoa entrega a receita, recebe o comprovante com a data. Se depois disserem que não deixou, ela apresenta o canhoto. É uma forma de controle para ambas as partes. Se a pessoa não tiver o comprovante, também não poderá reclamar. Já faz bastante tempo que estivemos lá, não é, vereador? E, pelo visto, não foi implementado. Continua vereador Rogles: É preciso humildade para aceitar uma boa ideia e colocá-la em prática. Muitas vezes, o que falta é justamente isso. Semana passada, ou retrasada, uma pessoa também me questionou sobre esse assunto. Dizem que vereador não faz projeto, que só faz pedido de providência. Não é bem assim. Teve vereador aqui que ficou 20 anos nesta Casa e eu não sei se fez um projeto de lei. E eu digo isso porque tenho como provar. Só para citar alguns projetos meus do ano passado: Projeto de Lei que dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro, do Hino Rio-Grandense e do Hino de Sentinela do Sul nas escolas da rede municipal de ensino. Projeto que altera dispositivo da Lei Municipal nº 202, de 3 de janeiro de 1996, que trata do cemitério municipal, adequando a legislação às normas federais vigentes quanto aos prazos de exumação e registro de óbito. Projeto que institui o Programa Municipal de Incentivo ao Comércio Local no âmbito de Sentinela do Sul. Projeto que dispõe sobre normas para criação, circulação e guarda de cães considerados de guarda ou ataque no município. Projeto que institui o Programa Municipal de Danças Gaúchas nas escolas municipais, a ser desenvolvido no turno inverso. São cinco projetos. E ainda tem mais dois ou três que ficaram para entrar neste ano. Nós não estamos aqui para brincar. Estamos aqui para trabalhar. Eu estou aqui para trabalhar. Cobrei muito no mandato passado, mesmo sendo do meu partido. E continuo cobrando agora, mesmo não sendo da mesma sigla. Cobro igual. Permite, vereador Bruno. O vereador Bruno até mencionou que apresentou bastante projetos também, talvez até mais do que eu. Se não me falha a memória, acho que ele me superou por um projeto. E isso é bom. Quanto mais projetos, melhor para o município. Se manifesta Vereador Bruno: Mas é importante a população entender uma coisa: o vereador não pode apresentar projeto de qualquer natureza. Existem matérias que são de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo Municipal. A Constituição Federal e a legislação estabelecem claramente quais são os projetos que são privativos do prefeito. O que isso significa? Significa que só o prefeito pode propor determinados tipos de projeto, especialmente aqueles que envolvem criação de cargos, aumento de despesas, estrutura administrativa, entre outros. Então, quando o vereador não pode apresentar projeto sobre

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

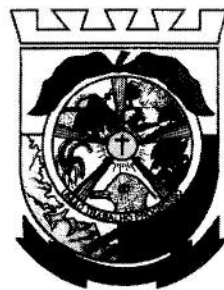
Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

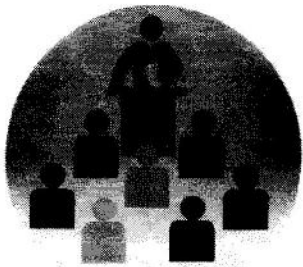


determinado assunto, o que ele faz? Ele apresenta indicação, como eu fiz hoje, apresentando duas indicações. São sugestões ao Executivo. Se o prefeito quiser acatar, ele envia o projeto para esta Casa. Se não quiser, simplesmente não envia. Algumas indicações minhas tiveram êxito, outras não. Algumas talvez ainda venham a ser atendidas. Então é importante que a população saiba: não é toda matéria que o vereador pode transformar em projeto de lei. Muitas vezes, quando apresentamos pedido de providência ou indicação, não é por falta de iniciativa, é porque a lei não nos permite ir além disso. Se nós chegarmos aqui e apresentarmos um projeto, a primeira análise será feita pela nossa assessoria jurídica. E, se for inconstitucional, a assessora vai dizer que não pode. Com licença, vereador, permita-me concluir minha fala. A nossa assessoria jurídica vai se manifestar. Se ela disser que está tudo certo, nós vamos votar aqui. Depois, o projeto vai para o prefeito, e ele será obrigado a vetar se for inconstitucional. Porque, se ele não vetar, se disser "não, vou agradar a Câmara, vou deixar passar", o Poder Judiciário poderá intervir, seja por meio do Ministério Público ou de qualquer denúncia, e a lei será considerada inconstitucional. Então, nós precisamos ter muito cuidado com aquilo que apresentamos nesta Casa. Por isso, apresentamos projetos que estejam dentro das atribuições do vereador. Não fomos nós que inventamos essa regra. Não fomos nós que criamos isso. Nós precisamos cumprir o que determina a Constituição Federal de 1988, e a nossa Lei Orgânica Municipal replica essa norma, deixando claro o rol de competências privativas do prefeito. Continua Vereador Rogles: O que eu quero dizer é que nós estamos aqui para trabalhar em prol do município. Fazemos pedidos de informação, pedidos de providência e apresentamos projetos de lei dentro da nossa competência. Eu fui eleito para isso. A população me cobra, e eu cobro do prefeito ou de quem tiver que cobrar. Outra questão é o MTR do caminhão do lixo. O caminhão está chegando aqui já com metade da carga de outro município, e mesmo assim estão emitindo MTR como se fosse somente daqui. Isso não pode acontecer, porque, dessa forma, o nosso município acaba pagando por lixo que não é seu. O município de Sentinela do Sul não pode arcar com despesa de outro município. Isso precisa ser esclarecido. Outra situação que não posso deixar de mencionar: durante o recesso, houve pressão sobre o presidente da Câmara, e também sobre os vereadores, para que fosse convocada uma sessão extraordinária a fim de votar um projeto que concedia bônus aos motoristas. Isso ocorreu em meados de janeiro. Foi feita toda uma correria, o projeto entrou e nós aprovamos. No entanto, os motoristas não estão recebendo nem o bônus nem as horas extras. Disseram que era preciso aprovar a lei para que o pagamento pudesse ser feito. A lei foi aprovada. E o pagamento não aconteceu. Então, há uma contradição. Se a lei foi aprovada, o que está faltando? Não faz sentido aprovarmos algo em regime de urgência e, depois, nada ser cumprido. Isso não tem cabimento. E agora, se é este mês, será que vão receber? Ou recebem o bônus ou recebem as horas? Tem que receber. Se está trabalhando, tem que receber. Isso é justo. Sobre esse caso do carro do Potreiro Grande, o vereador Dilvane comentou que não tem motorista. Eu até gostaria que o Nedir estivesse aqui. Ele fica direto ali no ponto de táxi, ou no fundo, onde ficam os carros da prefeitura. Um dia eu disse para ele: se eu fosse prefeito, no outro dia tu estarias trabalhando na rua. Ah, mas iria para a Justiça? Iria para a Justiça. Poderia até ganhar, não tem problema. Mas eu colocaria para trabalhar, porque isso não tem cabimento. Isso é feio, rapaz. Está de brincadeira. É feio para todo mundo. Por que não trabalhar? Está recebendo? Então tem que trabalhar. Não tem justificativa. Disseram que ele não podia trabalhar em ônibus, depois colocaram em carro, não sei o que aconteceu,

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

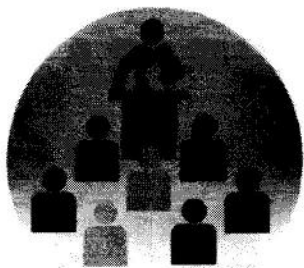
a casa do povo



e agora não está mais nos carros. O homem está se aposentando e não se vê trabalhar. Ou será que está faltando alguém chamar para conversar e dar uma função para ele? Talvez falte diálogo. O prefeito ou o secretário precisam chamar e resolver isso. Está faltando conversa. Outra situação que vem acontecendo no nosso município: o prefeito colocou um motorista para a rua há um tempo, por algo que, até onde se sabe, ainda não tinha prova. Agora colocou outro motorista para fora também. Não sei se há prova ou não, mas foi direto para a rua. E, ao mesmo tempo, o servidor que cometeu um ato grave de racismo continua lá, trabalhando normalmente. A população pergunta para nós, vereadores: "Vocês não vão fazer nada?" Nós, vereadores, temos limites. Quem tem que tomar providências é o Executivo. É o prefeito que precisa dar um jeito nisso. Eu estou aqui para deixar claro que não concordo e não apoio esse tipo de atitude. Não apoio racismo. Isso não tem cabimento. A promotoria já deu um ultimato, mas ele continua com o servidor lá. Se manifesta Vereador Gerson: Agora, é importante dizer: nós não temos poder para julgar ou demitir alguém antes de condenação. A delegacia fez o inquérito e encaminhou para a promotoria. É a promotoria que vai decidir. Nós não podemos interferir nesse processo. O que podemos fazer é pedir informações e fiscalizar. E reafirmo: sou totalmente contra o racismo. Sempre digo que cresci convivendo com pessoas negras e tenho respeito por todos. Racismo não pode ser tolerado. Inclusive, no ano passado, apresentei um Projeto de Lei prevendo que servidor público que cometesse ato de racismo, injúria racial, violência contra a mulher, violência contra o idoso ou contra a criança não pudesse exercer função pública. O Ministério Público já se manifestou no caso citado, houve condenação e determinação de pagamento de indenização no valor de R\$ 30 mil ao nosso colega. No entanto, até o momento, nada aconteceu. Estão aguardando o trânsito em julgado, o chamado "canetaço" final do juiz. Na oportunidade, manifestei-me também na tribuna, deixando claro que não teceria juízo de valor sobre o fato concreto, nem me colocaria na posição de juiz. Sempre me posicionei contrário a qualquer manifestação de racismo. Porém, o ponto central levantado pelo colega Rogles é o que realmente precisa ser debatido: dois pesos e duas medidas. Temos um secretário que está respondendo a processo, e a Justiça cuidará disso. Mas, diante de provas robustas, o município não tomou nenhuma providência administrativa até agora. Por outro lado, tivemos o caso de um servidor, motorista contratado por processo seletivo, que sofreu uma denúncia unilateral na Prefeitura, sem qualquer prova. E digo isso com propriedade, pois li o processo inteiro: não existe prova, apenas um relato de que o servidor teria cometido uma infração. Mesmo assim, ele foi sumariamente demitido, sem direito ao contraditório, sem ampla defesa, sem sequer ser ouvido. Então temos uma situação em que há provas consistentes contra uma pessoa, que foi cabo eleitoral do atual prefeito, e nenhuma medida administrativa foi tomada. E, de outro lado, temos um servidor que foi cabo eleitoral declarado da oposição e que, diante de uma denúncia sem comprovação, teve o "martelo" pesado contra si e foi demitido sem qualquer comprovação formal. Se ao final do processo fosse julgado culpado ou inocente, tudo bem, a Justiça que decidisse. Mas antecipar uma condenação, sem processo administrativo, sem defesa, é extremamente grave. Esse já era um dos pontos que eu traria à tribuna, inclusive sobre o caso do motorista. Aproveito o gancho da fala do colega para reafirmar: no meu entendimento, o Executivo agiu com perseguição política nesse caso, pois não foi garantido ao servidor o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório. E, além dos motoristas, também houve o caso da tesoureira, que teve seu contrato rescindido sumariamente, igualmente sem processo administrativo. Precisamos ter coerência. Ou a

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



regra vale para todos, ou não vale para ninguém. Justiça não pode ter lado. Outra situação é a dos contratados. Nós temos aprovado diversos contratos temporários nesta Casa, e esses contratos possuem prazo determinado. Antes eram por um período, agora passaram a ser de um ano, prorrogáveis por mais um ano. Ou seja, têm tempo certo para começar e terminar. Já o cargo em comissão, o chamado cargo de confiança, que é o caso do acusado de racismo, é de livre nomeação e livre exoneração. É muito mais simples de exonerar e de administrar, justamente porque depende da confiança da autoridade que nomeou. Quero deixar claro que não estou dizendo que a pessoa já é culpada. Sou totalmente contra qualquer ato de racismo ou injúria racial. Isso não é brincadeira, é crime. Não se pode tratar algo assim com leviandade, porque é um problema que vem se perpetuando há anos na nossa sociedade. O Poder Judiciário e o Poder Legislativo precisam, sim, criar e aplicar leis rígidas para combater esse tipo de conduta. Não é possível que alguém seja a favor disso. Tenho certeza de que todos são contra, com exceção daqueles que infelizmente cometem esse tipo de crime. Mas, sem julgar ninguém, reforço o seguinte: os contratados deveriam passar pelo devido processo legal, e isso não ocorreu. Já no cargo de confiança, a própria confiança é o balizador. Se não há mais confiança, a exoneração pode ocorrer imediatamente. Portanto, há, sim, dois pesos e duas medidas. Cito também dois casos de motoristas de que tive conhecimento. Não havia provas concretas, e não estou defendendo nenhum dos dois, até porque não sei exatamente o que aconteceu. Mesmo assim, foram simplesmente colocados para fora. Enquanto isso, onde há provas, a pessoa permanece trabalhando. Isso precisa ser refletido. Continua Vereador Rogles: Quero deixar bem claro: não somos racistas. Eu não sou racista. Mas, como vereadores, ficamos de mãos atadas, porque essa decisão cabe ao Poder Executivo. É ele quem precisa tomar as providências. Agora, cabe a ele demonstrar, com atitudes, qual é a sua posição.

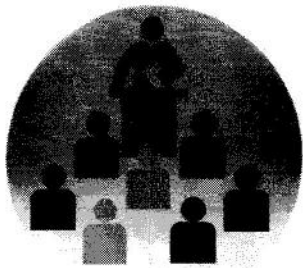
Vereador Gerson Luiz de Oliveira Dias:

Boa noite, colegas vereadores, Mesa Diretora e público que nos assiste. Um dos temas que me traz a esta tribuna já foi abordado pelo nosso colega Rogério: a questão dos dois pesos e duas medidas na relação do Executivo com seus servidores e também na condução dos atos administrativos. Eu quero trazer aqui uma reflexão sobre todos os meus comentários, pedidos e falas ao longo do ano de 2025. Não é por acaso que, a cada pedido, a cada fala, a cada denúncia, eu tomo nota. Eu registro e acompanho para ver onde vai dar e qual foi o resultado. E o que nós estamos vendo? Situações que já ocorreram e que estão se repetindo neste ano. Trago como exemplo a questão das contratações. Eu briguei muito nesta Casa por transparência e publicidade dos atos do Executivo. E, mais uma vez, isso está sendo ignorado. Foi assim no ano passado e continua sendo agora. O que parece é que estão dizendo: "Estamos contratando da forma que queremos, sem a devida publicidade e escolhendo as empresas que queremos." E eu digo isso com responsabilidade e sem medo. Por que afirmo isso? Porque há casos em que a licitação sequer ocorreu, mas a empresa já está executando ou até concluiu o serviço. Então, fica a pergunta: como essa empresa sabe que será a vencedora? Parece que existe uma bola de cristal dentro do Executivo, que já antecipa o resultado antes mesmo da publicação do edital. Temos agora a questão da campeira do nosso rodeio, que acontecerá em março. O edital foi publicado e a licitação está marcada para o dia 25 de fevereiro, daqui a dois dias. No entanto, já existe publicidade de uma pessoa que se

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

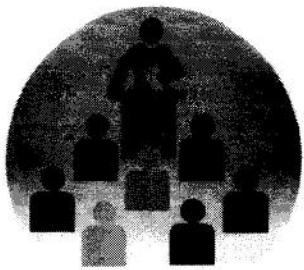
a casa do povo



apresenta como organizador e praticamente como vencedora da licitação. Já divulgou a premiação, as forças de laço, o valor das inscrições e, inclusive, disponibilizou o seu Pix para pagamento antecipado. Mas o processo licitatório ainda nem aconteceu. Como alguém pode vender um serviço ou organizar um evento sem sequer ter a autorização formal do município? Isso é extremamente grave. E o mais preocupante: o município parece não estar vendo ou está fingindo que não está vendo essa situação. Precisamos de transparência, legalidade e respeito ao processo público. Não é questão pessoal. É questão de responsabilidade com o dinheiro público e com a lisura dos atos administrativos. Ele está debochando de nós? Como diz o ditado, mingau se come pelas beiradas. E é assim que precisamos tratar esse assunto. No ano passado, o nosso colega vereador Jorge Vitor, e lhe concedo a palavra, se necessário, trouxe a esta tribuna, em duas oportunidades, uma manifestação referente a um trator John Deere, que estaria com o fornecedor de serviços, a empresa Rogério Zaduski. Ele fez essa fala no dia 10 de março de 2025 e depois a repetiu no dia 3 de novembro de 2025, afirmando que esse fornecedor estaria com um bem do município, que teria recebido pelo serviço e que não estaria querendo entregar o equipamento. Em determinado momento, também mencionou que sequer o serviço teria sido realizado. Nas duas ocasiões, ele citou o meu nome, pois, à época das contratações, eu era o Secretário de Administração. E eu disse, sim, era o Secretário de Administração. Os processos foram realizados com total transparência. Defendi isso naquela ocasião e afirmei: se o município entendesse que havia algo errado, que fosse buscar o trator, que fosse cobrar o fornecedor. Era dever do município tomar as providências cabíveis. Acompanhei toda a situação. E venho aqui, publicamente, informar que foi instaurado um processo administrativo. A empresa Rogério Zaduski foi devidamente notificada. Apresentou sua defesa, juntou todos os documentos do processo licitatório, apresentou as ordens de serviço emitidas, bem como os pedidos do Executivo para execução de serviços que estavam pendentes de pagamento. A conclusão desse processo administrativo, conduzido por esta gestão que hoje está à frente do município, foi clara: a empresa agiu plenamente dentro da legalidade e da transparência. Tanto é verdade que o trator hoje se encontra no pátio da Prefeitura. E todos os serviços contratados, inclusive aqueles executados sem empenho prévio ou ordem formal de serviço, foram devidamente pagos à empresa Rogério Zaduski. Portanto, trago esta informação porque meu nome foi citado naquela ocasião, assim como o nome de uma empresa que foi taxada nesta tribuna como se tivesse cometido alguma irregularidade, como se tivesse agido de má-fé contra o município. E ficou comprovado, por esta administração, que a empresa não teve culpa alguma. Venho aqui para deixar registrado que a empresa Rogério Zaduski, cujo representante inclusive se encontra hoje presente neste plenário, foi injustamente e maldosamente denunciada nesta tribuna. E lhe peço desculpas, em nome desta Casa Legislativa, pela ofensa feita à sua empresa. Ficou aqui constatado que não houve qualquer irregularidade nesse processo licitatório. E, aproveitando o gancho da fala anterior a respeito da frota de veículos, destaco que essa mesma empresa, Rogério Zadusky, participou de uma licitação de registro de preços e hoje está devidamente registrada no município para realizar consertos de máquinas pesadas. Porém, nesta atual administração, já transcorrido mais de um ano, nenhuma máquina, nenhuma ferramenta, nenhum serviço sequer, nem mesmo um simples ponto de solda foi destinado a essa empresa. Enquanto isso, outras empresas receberam serviços da Prefeitura normalmente. Mas a empresa Rogério Zadusky não recebeu absolutamente nada. Isso demonstra que, de fato, houve uma espécie de veto por parte

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

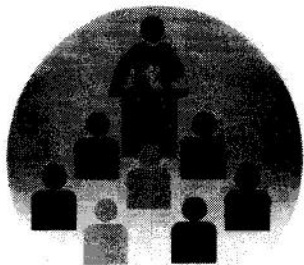
a casa do povo



da administração a essa empresa, o que acabou lhe causando prejuízos. Portanto, mais uma vez, reitero minhas desculpas à empresa Rogério Zadusky, em nome da má condução e da falsa denúncia feita nesta tribuna, que acabou atingindo injustamente sua imagem. Também foi citado aqui pelo colega vereador a questão de servidor que desacata ordem direta e se nega a executar o serviço. Inclusive, foi mencionado o nome de um servidor que é de conhecimento público que escolhe onde quer trabalhar, quando quer trabalhar e para quem quer trabalhar. Pois bem, na época em que eu era secretário de Administração, instaurei três processos contra esse servidor, com vasta documentação comprovando negligência e omissão, em situações nas quais ele se negou a executar o serviço. E, pasmem, esses processos foram analisados dentro da Prefeitura e restou reconhecido que ele agiu em desacordo com o seu dever funcional. E o que aconteceu? Absolutamente nada. Nenhuma advertência, nenhuma penalidade. E eu faço aqui um registro importante: parte da responsabilidade também recai sobre os próprios colegas servidores e peço desculpas aos servidores comprometidos, mas, naquela ocasião, eu presenciei a negativa de trabalho desse servidor e chamei três colegas para testemunhar o fato. Os três se recusaram a assinar a ocorrência. Diante disso, abri processo administrativo tanto contra o servidor quanto contra os três colegas que se negaram a testemunhar. E sabem qual foi o resultado? Surgiram mais de 20 assinaturas de colegas da mesma secretaria afirmando que aquele servidor, que notoriamente não cumpria suas funções, era um bom servidor e que desempenhava seu trabalho normalmente. Então eu digo a vocês, meus amigos: se hoje nós temos esse servidor, sobre o qual as pessoas falam pelas costas, mas têm medo de falar na frente, e ele continua nos quadros da Prefeitura, a culpa é da própria administração, é do próprio corporativismo que o manteve ali. Não adianta nós fiscalizarmos e, depois, ficarmos reféns de um processo administrativo conduzido por colegas que têm medo de aplicar a lei. Neste ponto, trago outra reflexão. Fiz uma denúncia nesta tribuna a respeito de três secretários que estariam recebendo remuneração em duplicidade do Estado e do Município. Trouxe essa informação aqui. E antes de trazer à tribuna — embora já tivesse todas as provas em mãos — tive a decência de ligar para as pessoas envolvidas e perguntar: “Vem cá, é isso mesmo que está acontecendo?”. Liguei para dois deles, e ambos me disseram: “Sim, estamos recebendo, mas está tudo certo, a documentação está em ordem.” Isso foi em março de 2025. Então, pedi acesso à documentação, e me foi negado. Formalizei um pedido de apresentação dos documentos, e a resposta do Executivo foi de que a solicitação já havia sido feita ao Estado, mas que o Estado ainda não tinha respondido. Essa informação chegou ao Ministério Público, que abriu um procedimento administrativo para apurar os fatos. Não fui eu quem fez a denúncia e, se tivesse sido, teria dito com toda clareza. Mas não fui eu. Ainda assim, fui chamado ao Ministério Público. Quando o Ministério Público me chamou, agora, em janeiro de 2026, foi para confirmar as informações. Perguntaram-me se eu queria permanecer anônimo. Permanecer anônimo? Eu nunca estive anônimo. Não fui eu quem fez a denúncia. Meu nome é Gerson Dias, sou vereador de Sentinela do Sul, e faço questão que meu nome esteja estampado, porque estou aqui para isso. Eu não me escondo de denúncia alguma. Eu falo a verdade. Não tenho telhado de vidro. Coloquei-me à disposição do Ministério Público para, se for necessário, comparecer em juízo e prestar depoimento sobre tudo aquilo de que tomei conhecimento e sobre os documentos que estão nos autos. Onde for necessário o meu depoimento, estarei presente. É fato que o Executivo tinha conhecimento dessa situação desde março de 2025 e não tomou nenhuma providência. E, até dezembro de 2025,

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

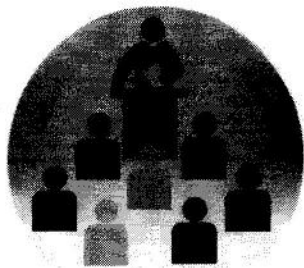


esses mesmos servidores continuaram recebendo duplo salário. O Ministério Público já adotou as providências cabíveis, e o processo está bastante adiantado, para que todos saibam. Eles responderão perante o Ministério Público. E, se a documentação estiver em ordem, eu voltarei a esta tribuna para dizer claramente: estava tudo correto. Porque esse é o meu dever de fiscalização. Se estiver errado, tenho a obrigação de apontar. Se estiver certo, tenho o dever de vir aqui reconhecer. Mas, até o presente momento, o que os fatos indicam é que há mais indícios de irregularidade do que de regularidade. Também foi trazida a esta tribuna uma cobrança por parte de alguns setores da municipalidade, no sentido de que vereador precisa apresentar projeto, projeto e mais projeto. É verdade que uma das atribuições do vereador é propor projetos, quando o tema é de nossa competência, e indicar matérias quando não é de nossa autonomia. Porém, não é apenas criar ou indicar projetos que define o trabalho parlamentar. Há uma função que considero basilar e principal: a fiscalização. E digo isso com propriedade. Não é porque estou aqui hoje. Fui assessor jurídico desta Casa por nove anos. E posso afirmar: esta Casa nunca fiscalizou tanto quanto em 2025. Nunca participou tanto da discussão e do aperfeiçoamento de projetos oriundos do Executivo como nesta gestão. Quantos projetos nós sentamos à mesa para discutir? Com o colega Bruno, o colega Dilvane, os membros das comissões, o próprio Jorge Vitor, a vereadora Rejane, o vereador Márcio. Debates, analisamos, propusemos melhorias e aperfeiçoamentos nos textos encaminhados pelo Executivo. Esse também é o nosso trabalho. Não apenas criar projetos, mas aprimorar aqueles que chegam até nós. Foram inúmeros projetos analisados. Se não me engano, apenas três foram rejeitados. E estamos falando de projetos que já alcançam a numeração próxima de 90. Ou seja, a grande maioria foi aprovada, alguns com ajustes, outros na forma original, o que demonstra que não estamos aqui fazendo oposição por fazer. Estamos aqui exercendo fiscalização com responsabilidade. Deixo meu relato nesse sentido. Agradeço aos colegas. E já oportunizo um aparte ao colega, antes de encerrar minha fala, para que não se perca o fio da meada desse mesmo assunto. Se manifesta Vereadora Rejane: Uma boa parte do trabalho do vereador, e não apenas aquilo que é transmitido aqui, acontece na sala das comissões. Como o colega bem mencionou, quantos reparos nós já fizemos em projetos? Muitos deles não conseguimos simplesmente emendar; então diligenciamos, enviamos ofícios à Prefeitura, e diversas vezes nossa assessora liga na hora para a assessoria do Município, solicitando que encaminhem documentos retificando equívocos ou ajustando pontos que precisam ser melhorados. Ou seja, existe cuidado. O que se vê aqui no plenário é apenas a ponta do iceberg. O trabalho técnico e interno realizado nas comissões é tão grande, ou até maior do que aquele feito em plenário. Continua vereador Gerson: Como bem colocou o colega Bruno, há também o trabalho que podemos chamar de "extracurricular": aquele que não aparece no momento da sessão, mas que é essencial. Porque quando chega um projeto de lei nesta Casa, nós não somos donos da verdade nem da sabedoria. Muitas vezes surgem temas sobre os quais nunca ouvimos falar, e precisamos estudar. Essa é a nossa função como vereador. Como vou opinar sobre um projeto se não estudar? Qualquer projeto que chega aqui demanda horas de leitura, análise e debate. Primeiro avaliamos a questão jurídica: se é legal, se é constitucional. Depois vem a análise política: ele é bom para a comunidade? Ele atende ao interesse público? Às vezes o projeto pode até ser legal, mas precisamos refletir se ele, de fato, serve à nossa população. Hoje mesmo temos sobre a mesa um projeto de expansão do perímetro urbano. Quero deixar claro: sou totalmente favorável à expansão. O que estou questionando não é a expansão em si,

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

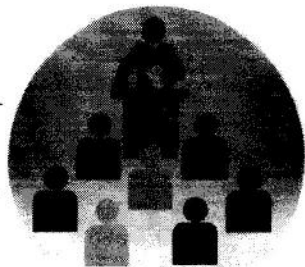


mas as razões técnicas do projeto, que, no meu entendimento, apresenta diversos problemas técnicos. E é nesse ponto que me apego: às questões técnicas, não ao mérito da expansão. Também foi citado pelo vereador Rogles que esteve reunido na comunidade do Alto das Dores. E é importante registrar que a visita do vereador Rogles foi, de fato, a segunda visita de um parlamentar naquela localidade, pois na semana anterior a vereadora Rejane esteve lá, e na semana seguinte eu mesmo realizei uma reunião naquela comunidade. Isso demonstra que não ficamos apenas aqui no plenário. Nós vamos às ruas, caminhamos nas comunidades. Uns mais, outros menos, mas todos têm buscado estar presentes. Existem comunidades que já estão organizadas e prontas para nos receber, e nós iremos pelo menos falar por mim: irei, voltarei e continuarei presente onde for necessário. Então, esse é o trabalho que está sendo exercido pelos vereadores, vereador Rogles. Se manifesta Vereador Rogles: Naquela ocasião, acredito que o senhor também estava presente, foi muito solicitado que se revissem as horas-máquina, tanto da patrôla quanto da retroescavadeira, porque são equipamentos que praticamente nenhum agricultor possui no município. São poucos os que têm, mas a grande maioria não dispõe dessas máquinas. Conversei com a Bárbara e com o Roger para vermos a possibilidade de fazer alguma coisa em relação a essas horas, quem sabe até reduzir o valor cobrado. Precisamos analisar o que é possível fazer, seja por meio de uma emenda, de uma indicação ou da criação de um programa específico. O importante é buscar uma melhoria para os agricultores, porque isso é algo que eles realmente não têm acesso. Continua Vereador Gerson: Hoje existe aquela tabela em que o pequeno agricultor, que tem renda mais baixa, paga um valor reduzido, praticamente uma taxa simbólica pela hora do trator. Já o agricultor maior, que normalmente já possui trator, paga um valor mais alto caso precise do serviço. Mas a retroescavadeira e a patrôla praticamente ninguém tem. Então, talvez possamos estudar a redução do valor da hora dessas máquinas, para beneficiar todos de forma justa. Sim, senhor vereador Dilvane, eu concordo que nessa parte deveríamos criar um programa ou revisar o programa existente, contemplando melhor os agricultores. Nós, como vereadores, não podemos simplesmente fixar valores; isso é atribuição do Executivo. Portanto, o ideal é construirmos um programa junto com o secretário da Agricultura, para estabelecer uma base de valores justa e transparente. Podemos, sim, elaborar uma indicação e trabalhar em um projeto que trate especificamente desse programa de escavações, nos moldes do que já foi mencionado aqui. Na ocasião em que estive naquela comunidade, recebi muitas reclamações sobre privilégios concedidos a alguns e negados a outros. E essa é uma reclamação que vem de administrações anteriores. A reclamação é natural; o problema não pode ser o ato em si. Não pode haver privilégio. Terminadas as eleições, somos todos cidadãos de Sentinela do Sul. A municipalidade deve tratar todos os agricultores de forma igual. Mas, infelizmente, não é isso que tem sido relatado. Alguns recebem mais horas, outros conseguem máquinas trabalhando em finais de semana e feriados. Eu registro aqui que recebi essas reclamações e estou atento. Assim que eu tiver prova concreta de qualquer irregularidade nesse sentido, voltarei a esta tribuna para tratar do assunto com firmeza. Por enquanto, são apenas relatos, e eu não posso afirmar algo sem comprovação. Apenas reforço que esse tipo de situação não deve ocorrer. Há ainda outra questão que me veio à lembrança e que aconteceu dentro da minha própria propriedade. Tenho uma área de 83 hectares em Sentinela do Sul, da qual sou administrador. Possuo dois tratores, sendo um deles um TL100, e, por isso, estou fora de qualquer programa de horas-máquina. Entretanto, tenho três contratos de arrendamento dentro da propriedade para

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and marks]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo

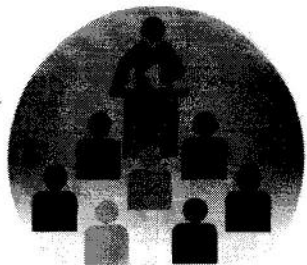


terceiros. Esses arrendatários não possuem trator. Sempre que procuram a Secretaria de Agricultura para solicitar máquina ou algum serviço, o pedido é negado pelo secretário de Agricultura, senhor Nilson Oli Barbosa, que também é vice-prefeito. E é preciso analisar essa situação com cuidado, porque o benefício ou a negativa não pode estar vinculada à pessoa do proprietário, mas sim à necessidade de quem está produzindo. Ele diz que o serviço é na minha propriedade. Mas ele esquece que a pessoa que está ali na frente dele é um agricultor, que me contratou por meio de arrendamento, que me paga arrendamento, que tem seu próprio bloco de produtor e sua própria produção. Então, é preciso deixar isso muito claro. Houve, sim, uma tentativa de desconsiderar um contrato legalmente firmado. E eu precisei intervir algumas vezes para fazer valer a lei. Cheguei a dizer: "Se ele não autorizar, eu mesmo irei falar com ele." E, depois disso, veio a autorização. Quer dizer, se a gente não se impõe, qual é o comando inicial? Não é para mim, é para o agricultor que está trabalhando, produzindo e gerando renda. Ele é da oposição, vai à tribuna e nos critica. Mas isso não pode ser motivo para dificultar a vida de quem está trabalhando. Eu estou aqui pelo que é certo. E jamais vou pedir máquina pública para uso pessoal ou para beneficiar terceiros de forma irregular. Se algum dia alguém vir algo diferente disso, pode me apontar o dedo, porque eu não faço. Hoje, há uma Skidder (ou equipamento da prefeitura) na minha propriedade, que é cedida gratuitamente para qualquer produtor que queira utilizar, dentro das regras. Estou fazendo um tanque para piscicultura e utilizando também a retroescavadeira da Associação de Piscicultura, que está dentro da minha vez de uso. Portanto, estou utilizando os equipamentos dentro da legalidade, com o intuito de produzir mais para o município, gerar emprego, gerar renda, emitir nota e aumentar a produção local. Com isso, encerro minha fala. Agradeço a todos e desejo uma boa noite.

Vereadora Rejane Silveira Rodel: Boa noite a todos. Estou um pouco sem voz hoje, porque falei bastante durante a sessão, mas está tudo bem. Prometo ser breve, pois sei que todos já estão cansados. Venho a esta tribuna, principalmente, para fazer um agradecimento. Quero agradecer às comunidades que tenho visitado, onde tenho sido muito bem recebida. Tem sido algo muito prazeroso, significativo e importante para mim, tanto como cidadã sentinela quanto como vereadora deste município. Agradeço, de forma especial, à comunidade da Barbosa Lima, que me recebeu com muito carinho. Conversamos bastante e pude conhecer de perto as necessidades e reivindicações apresentadas. Fui muito bem acolhida. Meu muito obrigada à Verinha e a todos que participaram. Agradeço também à Rosa, presidente da associação, que me recebeu, assim como a todos que estiveram presentes. Da mesma forma, agradeço à comunidade do Alto das Dores, onde também estive em visita. A Tati abriu espaço não só para mim, mas também para meus colegas vereadores, como o Gerson e o Rogles. Tenho certeza de que continuará abrindo as portas para todos que quiserem dialogar com a comunidade. Esse contato direto tem sido muito importante. Já tenho outras visitas agendadas e sigo recebendo convites de pequenos grupos que desejam conversar. É para isso que estou aqui. É esse o trabalho que quero realizar: ouvir as pessoas, estar presente e buscar soluções. A sessão de hoje foi longa, mas muito produtiva. Sei que há pessoas que fazem críticas em relação a projetos e outras questões. A crítica faz parte, mas também é importante que cada um faça a sua parte, que trabalhe e contribua de forma construtiva, em vez de apenas criticar o trabalho dos outros. Hoje estou um pouco cansada, mas na próxima semana seguiremos conversando e trabalhando ainda mais.

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



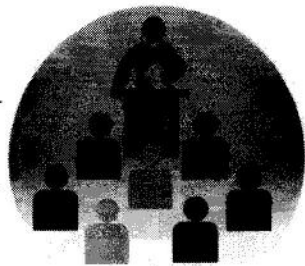
Reitero meu agradecimento a todas as comunidades que têm aberto suas portas e me recebido com tanto carinho. Muito obrigada. Boa noite.

Vereadora Marcia Seixas: Boa noite aos colegas vereadores, boa noite às pessoas que vieram nos assistir hoje, ao pessoal do turismo, ao senhor Romildo, aliás, temos dois Romildos presentes nesta noite. Venho a esta tribuna, primeiramente, para agradecer aos colegas que me escolheram como presidente desta Casa. Prometo honrar o cargo durante este ano, com responsabilidade, respeito e compromisso com a população. Mas também venho tratar de um assunto sério: o abuso de autoridade e o uso indevido de bens públicos no município. Isso está passando dos limites. Veículos da prefeitura, que deveriam estar a serviço dos munícipes, estão sendo utilizados para fins particulares, para ir à manicure, à casa de familiares, a aniversários, à lavoura e até para almoços em propriedades rurais nos finais de semana. Isso é grave. Quem paga essa conta é o povo. É o combustível, é o desgaste do veículo, são os pneus, é a manutenção. Tudo sai do bolso da população. Precisamos cuidar do que é público com responsabilidade. Somos eleitos, prefeito, vice-prefeito e vereadores, para trabalhar pelo povo, e não em benefício próprio. Outra questão que quero mencionar: vi a postagem de uma cidadã falando sobre a função do vereador. E ela está correta. A função do vereador é fiscalizar. E é exatamente isso que estamos fazendo. Inclusive, fiscalizar é também acompanhar a conduta de quem ocupa cargo público e zelar pelo uso correto dos recursos. Agradeço pela lembrança sobre o nosso papel. Cada um deve fazer o seu trabalho. Nós faremos o nosso, com seriedade e compromisso com a comunidade. Muito boa noite a todos. Muito obrigado.

Vereador Marcio Silva: Boa noite, senhora presidente. Boa noite aos nobres colegas vereadores e ao povo que nos assiste de suas casas pela internet. Confesso a vocês que eu já estava quase encarangado. Estava em uma corrente de ar ali e fazia muito frio. Quero deixar aqui o meu agradecimento a todo o povo sentinelerense, ao povo que tem nos recebido em suas casas. Tivemos um período de recesso, mas nunca paramos de trabalhar. Sempre estivemos em contato com a população, conversando, ouvindo e buscando entender as suas necessidades, sempre nos colocando à disposição de todos. Sobre os pedidos que apresentamos e que chegaram hoje a esta Casa, eu até pensei em abrir mão da minha fala, mas resolvi comentar um pouco sobre um deles. Estive na localidade das Pitas e, ao chegar lá, encontrei um senhor com uma forte dor de dente. Perguntei o que eu poderia fazer para ajudar ele e sua família. Ele me informou que tinha uma ficha marcada no posto de saúde em Potreiro Grande, mas não conseguiu ir porque não havia carro nem motorista disponível para levá-lo. Acabou perdendo a consulta, mesmo estando com muita dor. Procurei as agentes de saúde para entender o que estava acontecendo, e elas confirmaram que realmente não havia veículo nem motorista naquele momento. Perguntei então como eu poderia ajudar, e elas me pediram que tentasse conversar com o prefeito para ver a possibilidade de disponibilizar um carro para aquela localidade, justamente para que, em situações como essa, os pacientes possam ser levados até o atendimento e não percam suas consultas. Eu me sensibilizei com aquele pedido. Conversei com outros moradores da comunidade, inclusive tenho fotos com eles e todos reforçaram a importância de haver um veículo disponível ali. Por isso, disse a eles que acompanhassem a próxima sessão da Câmara, pois eu faria esse pedido. Não sei se vamos conseguir, mas vamos tentar e trabalhar a favor da comunidade. Esse é o

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



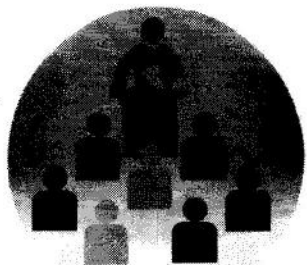
compromisso que assumi quando me candidatei a vereador: estar ao lado da população e buscar soluções para seus problemas. E foi com esse propósito que apresentamos o pedido hoje nesta Casa. E também o vereador me ensinou sobre a questão dos canos ali. Eu tenho como comprovar: tenho fotos e vídeos enviados por um grande amigo meu, que posso citar o nome, o Fábio, que concorreu a vereador e me ajudou muito. Os votos dele contribuíram para que eu me elegeisse. Ele me mandou um áudio e um vídeo dizendo: "Marcio, tu sabe que a gente te apoiou e te ajudou. Faz alguma coisa, pede uns canos, por favor. Aqui na frente da nossa casa encheu tudo d'água e a gente não tem o que fazer. Já foi solicitado várias vezes e nada aconteceu." Nós fizemos o pedido aqui nesta Casa e, há cerca de um mês, foram lá e resolveram o problema. E eu acredito que, com essa última chuva forte, nem entrou água na casa dele. Então eu quero dizer que não estamos fazendo politicagem. Estamos trabalhando em prol da comunidade, sem querer denegrir a imagem de qualquer vereador. Vou continuar trazendo para esta Casa todos os pedidos que chegarem até mim. E se eu não puder fazer nada pelas pessoas, talvez seja melhor até entregar meu cargo, porque fui eleito pelo povo para representá-lo e levar suas demandas adiante. Também quero falar que estive na comunidade de Santa Bárbara. Ali, em frente à propriedade do seu Júlio Beira, há um trevo que está em situação muito ruim, tomado pela braquiária. Os moradores me pediram que eu trouxesse essa demanda para que seja feito um trabalho de melhoria e embelezamento naquele trecho. Fizeram um serviço recentemente em outro ponto, plantaram araçá, e ficou muito bonito. Então pedem que seja feito algo semelhante ali. Esses são os pedidos que trago hoje. Quero também me colocar à disposição de todas as pessoas que nos assistiram, que estão nos assistindo ou que ainda vão assistir pela live. Vamos continuar trabalhando, lado a lado com a comunidade, até o último dia do nosso mandato, se Deus assim permitir. Agradeço aos amigos que permanecem aqui no plenário até esta hora. Tivemos um dia bastante puxado. Hoje acordamos cedo e participamos de uma reunião com o secretário adjunto do Trabalho, que nos trouxe boas informações. Apresentamos algumas demandas do nosso município que poderão ser atendidas. Já está tudo alinhado para que venham carretas para Sentinela, oferecendo cursos gratuitos à nossa população, o que será uma grande oportunidade para qualificação profissional. Essas são minhas palavras. Agradeço a todos, desejo um boa noite e que Deus abençoe cada um de vocês.

Vereador Bruno Vicereki Trescastro: Boa noite O vereador Márcio tem o costume de baixar o volume, e agora me fez uma pegadinha: falei quase 20 minutos aqui. Mas, vereador Márcio, como eu vinha dizendo, às vezes repetimos alguns pedidos no intuito de fazer com que a demanda realmente chegue ao Poder Executivo. Essa foi uma demanda que o pessoal me trouxe, referente à colheitadeira. Lá no início do ano passado, inclusive, foi um dos meus primeiros pedidos. Já na campanha eu conversava com o pessoal sobre isso. Tenho agricultores na família, então é um assunto do dia a dia. O que se pedia era mais transparência nas horas-máquina, mais clareza para saber qual é o cronograma. Sabemos que não é apenas uma questão cronológica, de quem pediu primeiro ser atendido primeiro. Existe também a questão da logística. Se a máquina vai para o Araçá, por exemplo, não é viável depois deslocá-la para o Potreiro Grande e retornar. Há toda uma organização logística envolvida. Mas isso vem ao encontro do que eu falava hoje aqui: vou reiterar meu pedido para que haja mais transparência. A Prefeitura tem assessor de imprensa, tem site, tem Facebook, não é só para divulgar festividades, mas também para informar os serviços que estão sendo prestados. Esse pedido também se

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

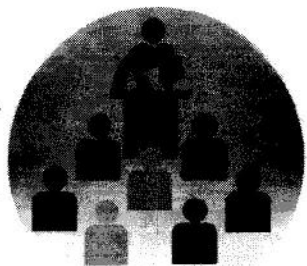
a casa do povo



relaciona com algo que vi hoje nas redes sociais, que nós também acompanhamos. Quando o pessoal não nos chama diretamente, a gente verifica. Vi a insatisfação de um rapaz lá do Araçá Calderon, dizendo que a máquina nunca chegava até a propriedade dele. Chamei-o no privado para conversar e entender melhor a situação. Muitas vezes as pessoas não sabem o motivo da demora. Nem sempre a Prefeitura consegue atender a todos imediatamente, justamente por essa questão cronológica e logística. Mas, pelo que ele me relatou, a máquina esteve bem perto da propriedade dele. Então, reforço a importância de pedirmos mais transparência e também de chamarmos o secretário para conversar. Ele costuma estar presente nas sessões, hoje, por acaso, não veio, mas geralmente está aqui. Podemos conversar, mesmo que informalmente, para entender melhor como está funcionando esse cronograma e essa situação de a máquina quase chegar no vizinho e depois ir para outra localidade. Também fiz o pedido referente ao Sebrae. Inclusive, o pessoal do turismo está aqui e vai conversar conosco depois da sessão. Solicitei a continuidade do SEBRAE na questão das consultorias, que são importantes para fortalecer os nossos empreendedores. Nós temos vários empreendedores recebendo consultorias, vários empreendedores já ganhando dinheiro, gerando renda e também empregos no município. E é o SEBRAE que presta essas consultorias. Eles têm a expertise técnica para nos ensinar como atuar e como transformar o turismo em geração de renda. Para nós, turismo não é apenas passear. Turismo é receber bem quem vem passear e oferecer serviços, produtos e experiências, fazendo com que o dinheiro circule dentro do nosso município. Por isso, pedimos encarecidamente que a Prefeitura renove o contrato com o SEBRAE. Houve uma publicação no Facebook da Prefeitura informando que a Jussara, do SEBRAE, que nos atende, esteve reunida com o prefeito. Foi mencionado que houve a reunião, mas não foi explicado o motivo. Ela veio justamente solicitar a renovação do contrato, para que o serviço continue sendo prestado aos nossos empreendedores. E pedimos que isso tenha continuidade, porque o serviço não beneficia apenas os empreendedores, mas o município como um todo. Foi por meio dessa consultoria que conseguimos elaborar o nosso Plano Municipal de Turismo. Sem esse plano, não receberíamos mais recursos na área do turismo. Se hoje temos acesso a verbas, é também graças a esse trabalho técnico realizado. Além disso, fiz uma indicação para que o Conselho Municipal de Turismo seja mais equilibrado, com maior participação da iniciativa privada. Temos aprovado diversas criações de conselhos; inclusive, entrou hoje mais um projeto nesse sentido. É uma preocupação da administração, mas também uma exigência legal que o município tenha conselhos em diversas áreas. Os conselhos são formados por servidores da administração e por membros da comunidade. É nesses espaços que a população tem voz ativa, não apenas vindo à Câmara ou solicitando apoio de um vereador. Ao participar de um conselho, o cidadão pode deliberar, ajudar a definir prioridades, indicar onde os recursos devem ser aplicados e quais serviços são mais urgentes. Por isso, é fundamental que a população participe. E, no caso da indicação que apresentei hoje, a proposta é equilibrar a composição do Conselho de Turismo, ampliando a participação da iniciativa privada e reduzindo uma vaga do poder público, garantindo maior representatividade. São essas ações conjuntas que pedimos que o prefeito valorize e dê a devida atenção. O turismo é, sim, uma fonte importante de renda para o município. A agricultura é fundamental, assim como as empresas, as indústrias e o comércio. Mas o turismo vem se consolidando e precisa continuar sendo fortalecido. O piso emborrachado nas praças é uma tendência que tenho observado em várias cidades por onde tenho

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96705-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

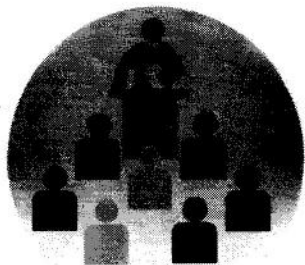
a casa do povo



passado, e não apenas em praças públicas, mas também em áreas de lazer de shoppings e condomínios. É uma alternativa interessante porque, quando chove ou há barro e terra no local, a criança não se machuca e não se suja tanto. Sabemos que não é fácil estar lavando roupa todos os dias, muitas vezes a roupa rasga, e ainda não temos uniforme fornecido pelo nosso município. Então, é melhor prevenir machucados e evitar roupas excessivamente sujas. Além disso, a instalação desse piso emborrachado traz um aspecto de mais cuidado e zelo com as pracinhas das escolas, que já estão bonitas, já contam com brinquedos; falta apenas o piso para que possamos ir melhorando aos poucos. Sobre a limpeza do arroio, no dia da enchente, em 9 de dezembro, saí para verificar se havia alguma casa alagada ou alguém precisando de ajuda. Desci até o local e vi moradores fazendo contenção para evitar que a água entrasse nas residências. Conversei com eles e, posteriormente, encontrei o prefeito e o engenheiro, que também estavam no local verificando possíveis estragos. Na oportunidade, relatei que aquele casal que estava colocando barricadas já havia me procurado anteriormente, informando que é imprescindível e urgente o aumento do bueiro na Rua Dom Ramon Valente. Eles já haviam constatado, em outras ocasiões, que a vazão é insuficiente. Por isso, faço agora um pedido formal de providências, atendendo à demanda da comunidade. Inclusive, me disseram: "Bruno, ainda não vimos nenhuma movimentação. Faça o pedido por escrito, protocole através da Câmara, para que fique documentado que a comunidade está solicitando." Ali há comércio e residências, portanto, é fundamental que tentemos mitigar ao máximo os riscos de alagamento e os prejuízos nas casas. Água da chuva entrando nas residências, trazendo barro e sujeira, é algo que ninguém merece. Além do transtorno, gera muito trabalho e prejuízo financeiro. Assim, proponho que se busque evitar uma próxima ocorrência, realizando a limpeza do arroio e estudando o aumento da tubulação, com a instalação de uma galeria maior. Quanto ao abrigo na Palmeira, como já comentei anteriormente, trata-se também de uma reivindicação da comunidade. Quero trazer aqui a reivindicação de um morador. Fiquei falando tanto por tantos minutos que acabei até me embaralhando. Trata-se de uma demanda de um cidadão que já havia feito o pedido ao Jacir e, depois, solicitaram que eu reforçasse. No mesmo dia, já enviei um WhatsApp ao prefeito. Ele tem me retornado com frequência e me informou que já existem outros dois abrigos com urgência para serem feitos e que também pretende realizar esse. Alguns dos alunos que utilizam aquele ponto viajam à noite. Inclusive, no ano passado, eles estiveram aqui na Câmara, acompanhados do professor, realizando um trabalho escolar e assistindo à sessão. São estudantes que realmente precisam de um abrigo adequado para esperar o ônibus, especialmente no período noturno. Outra indicação é sobre a licença-maternidade. Muitas vezes a gente não consegue perceber sozinho todas as necessidades; é a população que nos procura e nos apresenta as demandas, e eu agradeço muito por isso. Não temos como enxergar tudo o tempo todo. Quem está vivendo a situação sente na pele e nos alerta. Hoje, as servidoras contratadas que estão grávidas e serão mães não têm o mesmo período de licença-maternidade que as servidoras concursadas ou ocupantes de cargo em comissão. Já aprovamos nesta Casa um projeto de lei que estendeu a licença-maternidade para seis meses. Portanto, nada mais justo que equiparar esse direito também às servidoras contratadas, garantindo a elas esses dois meses a mais. Afinal, elas também são mães, e a criança também é um munícipe. Nada mais justo que essa criança tenha dois meses a mais de convivência com a mãe. Eu mesmo estou com meu filho de seis meses em casa. Às vezes conversamos sobre isso: imaginem se minha esposa tivesse que voltar ao trabalho com apenas quatro

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80



CÂMARA DE VEREADORES SENTINELA DO SUL

a casa do povo



meses? A criança ainda é muito dependente da mãe. Seis meses ainda é pouco, mas é o que a legislação prevê e o que o município e as empresas conseguem assegurar. Por isso, defendo que a licença das servidoras contratadas passe de quatro para seis meses, equiparando-se às demais. Por fim, reitero a indicação referente ao CONTUR, o Conselho Municipal de Turismo. Já havia mencionado anteriormente e estou reforçando aquele ofício. Não sei se ficou devidamente registrado, mas faço aqui novamente a reiteração. Para o gestor da Equatorial em Camaquã, o gerente Aurélio: já tentei conversar pessoalmente com ele. Estive lá, mas ele não se encontrava no momento, e infelizmente não pude retornar no dia seguinte. Também encaminhei mensagem para o WhatsApp pessoal dele, pois gostaria de tratar dessas demandas presencialmente. Nós temos muitos problemas com a energia elétrica aqui no município. Além das dificuldades que todos os municípios enfrentam, temos situações agravadas quando ocorre algum acidente. No sábado, por exemplo, passei pelo centro e conversei com o Rogles, no ponto de táxi, sobre a demora das equipes em chegar até aqui. Não há equipes suficientes para atender a nossa região. Muitas vezes, quando vêm, não conhecem bem o município nem as localidades do interior, o que acaba atrasando ainda mais o atendimento. É preciso melhorar essa organização. Temos encaminhado ofícios e buscado resolver da forma institucional, mas, se necessário, teremos que nos unir e, por meio dos deputados, levar essa demanda à gerência regional ou estadual da empresa, para que realmente analisem a nossa situação. Somos um município pequeno, mas não podemos ficar desassistidos porque existem cidades maiores para atender. Também somos consumidores e pagamos nossas contas de luz da mesma forma que todos os outros. Sobre os vales para estagiários, que foi comentado aqui: já existe pedido de providências apresentado para a concessão de vale-alimentação aos estagiários. Gostaria, inclusive, se possível, que depois me franqueassem informações atualizadas sobre esse tema, para que possamos acompanhar. Os estagiários recebem bolsas pequenas e, muitas vezes, acabam trabalhando além da carga horária prevista em contrato. É justo que recebam um auxílio-alimentação, ainda que em percentual proporcional à bolsa, para que possam almoçar e se alimentar adequadamente durante o expediente. Muito obrigado e boa noite.

Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão convocando os demais vereadores para a próxima sessão ordinária do dia 02 de março de 2026.

Rua Joaquim Rodrigues Barbosa n.º 10, CEP: 96765-000, Sentinela do Sul/RS.

Fone: (51) 3679-1273 CNPJ: 90153008/0001-80